



SILENCIAMENTO DAS MULHERES: OU AUSENTES DA HISTORIA?

REINA, Vanderlay Santana

Doutorando do PPGNEIM – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares da mulher, gênero e Feminismos
vandecax@hotmail.com

330

RESUMO

A história da trajetória política das mulheres, fruto de minha inserção sindical, insere-se no escopo teórico metodológico proposto da nova história. De início, consideramos relevante registrar, o processo de organização e de articulação política trazendo “registros” da memória social de uma época vivida por gerações de homens e mulheres trabalhadores/as. Para concretizar esse propósito, fazemos uso dos estudos realizados por algumas historiadoras feministas ou não, que discutem o modo como a ciência moderna ignorou a participação política, histórica de mulheres nos vários acontecimentos que permearam a vida social no espaço privado/público. Como procedimento metodológico, utilizamos depoimentos de mulheres, memórias individuais e coletivas. Uma das questões postas responde que o “silenciamento” da mulher parece traduzir um sujeito submetido à subalternidade, à negação de sua existência na história e na representação política, na construção de elementos de uma simbiose gerada pelo capitalismo, racismo e patriarcalismo.

Palavras-chave: Experiências de mulheres. Gerações. História social.

ABSTRACT

The history of women's political trajectory, the fruit of my labor insertion falls within the theoretical and methodological scope proposed in the new story. At first, we consider relevant record the process of organization and political organization, bringing "records" of the social memory of a time lived by generations of men and women workers. To achieve this purpose we make use of studies by some feminist or not feminist historians, discussing how modern science has ignored the political participation of women in various historical events that permeated the social life in the private / public space. As a methodological procedure we used testimonials from women, individual and collective memories. One of the questions asked responds that the "silencing" of women seems to reflect a subject submitted to subordination, the denial of its existence in history and political representation in the construction of elements of a symbiosis generated by capitalism, racism and patriarchy.

Keywords: Experiences of women. Generation. Gender. Social history.



INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso elucidar que as mulheres foram pouco visíveis como sujeitos subalternos, ignoradas da história e no nosso País, incluídas entre os diferentes – crianças, escravos, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres populares. A classe operária no Brasil, no mundo, sempre foi olhada amiúde de modo homogênea (COSTA, 2004). Contudo, sua distinção se fez na produção, na estrutura atinente a divisão sexual do trabalho, onde homens e mulheres são valorados diferencialmente. Os operários nos postos que exigem precisão, mais domínio técnico; as mulheres, nas atividades de menor complexidade, menor valor, talvez mais qualidade, em contrapartida menores salários.

Efetivamente, a década de 1950, aporta significado pela “ebulição” dos movimentos operários no Brasil, da realização de congressos de trabalhadores, do surgimento de organizações de mulheres trabalhadoras, até então invisíveis, excluídas do movimento sindical, passam ainda tímidas a presentificar-se nas assembleias, nas greves. Sua presença pode ser, contudo, considerada ainda irrelevante. Esse avanço do movimento de mulheres operárias, contudo é abortado na década de 1960, durante a instalação da Ditadura militar no País, ocupando os sindicatos, reprimindo o movimento dos trabalhadores/as provocando a partir daí a deflação da organização dos movimentos sociais.

Na década de 1980 o movimento pela abertura política no Brasil contribui para a retomada dos movimentos sociais, oportunizando a participação de várias gerações do movimento das esquerdas, do movimento operário, estudantil, conseqüente, da participação também das mulheres. O feminismo já articulava a bandeira de luta “o pessoal é político” desconstruindo o público/privado como herança do pensamento liberal no que diz respeito “às especificidades da política e do poder político” (COSTA, 2005, p.10). Influenciadas por essa e outras manifestações, o movimento feminista, a OAB¹, entre outras instituições, em defesa dos direitos civis, fóruns de mulheres, as mulheres adentram o espaço público, o espaço das lutas políticas, reivindicando participação.

[...] naquele contexto, ali nós desempenhamos um papel importante. Por conta da abertura política vai ter vários partidos e o SINERGIA,² era formado

¹ Ordem dos Advogados do Brasil, BA.

² SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia.



por militantes do PDT, do PT que estava começando, do PCdoB, PCB, do PMDB. (Ex-delegada sindical do SINERGIA, década de 1980).

Instigante nesse ensaio que ora começamos a construir, trazer a discussão de repensar o modo de escrever a história das mulheres trabalhadoras, na perspectiva interdisciplinar, acho possível sua inscrição, a partir do campo da nova história e das ciências políticas. Esse campo da nova história se constitui a partir das análises na França, nos ANAIS e em outros contextos de pensar o sujeito subalterno da história, e no caso da história das mulheres é mais do que o sujeito subalterno, são os invisíveis, porque dentro do subalterno, as mulheres são mais invisíveis, na história e também na ciência (SCOTT, 1992; MICHELE PERROT, 1994).

Seguramente, precisamos contribuir com a história de mulheres trabalhadoras.

Escolhemos como interlocutoras para relativizar a luz das novas perspectivas feministas, com o estudo que ora desenvolvo sobre “Participação política de mulheres no Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA”, a partir da década de 1980, pelas suas afinidades com o tema mulheres operárias, as historiadoras, Joan Scott (1992), Michele Perrot (1994)”, Margareth Rago (1998), entre outras. Claro que tentamos explicitar o significado de trazer a experiência das mulheres no SINERGIA, na década de 1980? A diferença está no “desatrelamento” desse Sindicato dos Eletricitários da Bahia, na década de 70, do controle do Estado, da ideologia e práticas de submissão dos trabalhadores brasileiros, pois, incluía-se, no conjunto, como um dos sindicatos mais aguerridos no ramo elétrico do Nordeste.

Durante a “grande greve” dos trabalhadores da Chesf em 1982, em plena ditadura militar conduzida pelo SINERGIA, Otto Filgueiras (1983), na sua obra intitulada, *CHESF em alta tensão: a greve proibida*, faz um rica narrativa sobre a repressão empreitada pelo regime militar aos trabalhadores da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, precisamente os da Usina de Paulo Afonso, inclusive invadindo a sede do sindicato, violentando os trabalhadores/as e seus familiares – mulheres, velhos e crianças. Contudo, as fotografias dessa época são testemunho da presença delas no “palanque”, na igreja e em outros lugares. Visíveis nas fotos, as mulheres carregando os/as filhos/as nas reuniões e assembleias, contudo pouco reveladas. Silenciadas. Existe um significado a presença de mulheres nesse confronto, em pleno regime militar? Ora, as mulheres nesse contexto não se constituem no mercado de trabalho em um contingente representativo, que ameace a divisão sexual do trabalho.



Cabe nessa narrativa dos estudos da história das mulheres, usar das produções biográficas, sobre a vida de outras mulheres trabalhadoras como propõe Tania Zimmermann e Marcia Maria Medeiros (1998). Como se vê estudar as trajetórias de vida de mulheres militantes do SINERGIA nos ajuda a entender o momento histórico recriado, sem abrir “mão” do contexto histórico. Necessário o pesquisador/a fazer pontes, dos recortes a partir de fontes orais ou não, dos sujeitos marginalizados como são as mulheres (LABRECQUE, 1998). A biografia também nos auxilia a investigar nesse contexto, as tensões, violência e silenciamento das experiências dessas mulheres. Questionada pelos historiadores/as, como não confiável, Sylvie Van De Castele y Danielle Voleman (1992) consideram que a história oral é fundamental para a construção da história contemporânea, mas ressaltam que não dá conta de uma história anterior, implicando também, ambiguidades. Consideram as autoras, as fontes orais passíveis de serem influenciadas e transformadas.

Scott (1992) explicita que o processo do incremento na história das mulheres, como um novo campo na academia, é recorrente do crescimento e legitimidade do feminismo como um movimento político. Para ela o termo política pode expressar várias ressonâncias e significados. A definição mais usual, política para Scott (1992) pode ser vista como à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica' e à manobra tática. O termo política é também utilizada para se mencionar às relações de poder mais gerais e às estratégias usadas na sua preservação ou contestação. A palavra política no sentido amplo diz respeito às práticas que refletem ou desafiam as chamadas de "ideologia". Scott nesse caso considera os sistemas de convicção e prática na construção das identidades individuais e coletivas que constituem as relações sociais “entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes” (SCOTT, 1992).

Já Michele Perrot considera que existe uma distância entre o trabalho acadêmico e o político. Sobre “Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência”³ ela introduz no debate indagações que exigem profundas reflexões: Considera que as mulheres possuem uma história, seu destino não é apenas à reprodução, portanto são agentes históricos. A historicidade das mulheres vincula-se às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos.

³ Conferência proferida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu em 06 de maio de 1994 (Unicamp). Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.



Perrot (1995), inicialmente apresenta a sua experiência francesa, como historiadora social, e do ramo operário explicitando a conjuntura relevante das lutas operárias da década de 1950, a classe operária como personagem relevante, recorrente das injustiças sociais. Perrot entende que este fato social não acontecia apenas na França, pois E. P. Thompson (1987) dedica-se e inclui as experiências de homens e mulheres na sua obra, “A formação da Classe Operária Inglesa”, contudo na relatividade do contexto que vivenciava, não consegue esse autor introduzir estudos de gênero na sua obra clássica. Perrot (1995) baliza em seus estudos algumas questões consideradas polêmicas entre os historiadores/as: Haveria uma forma de feminina de fazer/escrever a história diferente da masculina? Existiria uma memória específica feminina? Ela vai responder de várias formas. Ela afirma que existe sim, um modo feminino de escrever a história, especificamente, está na distinção entre homens e mulheres, evidenciadas nas diferenças, contradições e no silenciamento da historiografia. A autora diz: Não, na diversidade epistemológica do método historiográfico. A autora reforça essa indagação, interrogando: Por que o silêncio da historiografia?

Historiadoras como OFFEN (2009) revelam que o segmento dos estudos das mulheres e de relações de gênero apareceu como uma forma de resgatar o sujeito social mulheres que até então aparecia subalterno, oculto, esquecido pela historiografia e nas ciências sociais. A historiografia, a história social, as teóricas feministas têm adotado a distância imposta aos sujeitos oprimidos, a sua participação na sociedade, à parcialidade do tratamento recebido como sujeito, relevado na neutralidade da ciência positivista, na racionalidade e objetividade premente à infidelidade dos historiadores, o descrédito a memória social, como ferramenta do método historiográfico.

Com efeito, a introdução de estudos da história de mulheres, determinou vários debates e rejeições na academia, não apenas de historiadores, mas também historiadoras, relativo à questão do sujeito/objeto de estudo, portanto desacreditado, na perspectiva teórico metodológico, muito bem elucidado nos “delineamentos metodológicos”, encetado por Miés (1998) em respostas as críticas de teóricos/as. Miés, corajosamente, sustenta no seu discurso que as universidades são de domínio masculino e que fecham os olhos para as questões das mulheres. Nessas circunstâncias, seus delineamentos metodológicos constituem uma espécie de descoberta que contrasta com a realidade acadêmica. Miés tem dito que as críticas aos estudos das mulheres se concentram nas seguintes áreas: a relação entre o movimento das mulheres e a



pesquisa sobre as mulheres na política e na ciência; os métodos de pesquisa; a relação entre ação e pesquisa e a relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

Maria Miés assegura que a introdução da categoria experiência ou o “fator subjetivo” correspondia ao lema “o pessoal é político”. Nessa perspectiva Miés, considera significativa como ponto de partida, a vida real, a experiência pessoal de uma mulher, para analisar as dimensões subjetivas e suas implicações sociais. Lembrando a autora que o desafio de partir da experiência pessoal de uma mulher, surge devido a sua realidade de vida, sua história, sua luta, seus sonhos. História essa que, não faz parte do interesse da comunidade científica.

Repensar a história a partir da cronologia é também, uma das críticas das teóricas feministas. Sandoica (1995) no seu estudo “La historia de las mujeres: una revisión historiográfica” aborda essa crítica sobre a cronologia. Evidente, existem dificuldades para repensar a história estabelecendo uma nova cronologia a partir da experiência feminina. Desse modo, Sandoica indaga como e o que seriam as experiências femininas? Para ela a entrada da mulher no mercado formal, a questão da pílula, da liberdade sexual, são elementos historicamente difíceis de definir como marcos e separar essa história. Scott vai propor que se separe a história das mulheres dos escritos do passado, esclarece que a conexão história e a política, explica a origem do movimento feminista, na década de 60, relação considerada por ela como complexa.

Rematando essas reflexões, observa-se nos estudos que toda história das mulheres se integra a divisão sexual do trabalho, na demarcação do espaço, cuja ênfase é dada a vida privada. Concordamos que no Brasil é notória, a ênfase relevante na sexualidade, na maternagem, no âmbito doméstico. Não obstante, a “identidade” das mulheres não se constitui formas e modalidades culturais fixas, rígidas variando de acordo com as exigências do sistema patriarcal de dominação. A experiência de vida, valores, aspirações, crenças e representações da realidade e a ideologia, configuram o sujeito feminino, reconstruindo o modelo de feminilidade, propulsor de um modelo de mulher, referência do sistema dominante, conforme Costa (1997).

Ao expor a trajetória de mulheres, pensamos em relativizar essa história à luz dos conhecimentos, experiências e dos procedimentos metodológicos adotados por essas autoras da historiografia, das teóricas feministas e das ciências sociais. Portanto, busco nessas experiências, reflexões sobre o processo de participação política das mulheres na perspectiva de registrar, introduzindo a história dessas mulheres no contexto sociopolítico do movimento



sindical, dos estudos de gênero e suas experiências no Sindicato dos Eletricitários da Bahia. Trazer fatos e acontecimentos de histórias de vida de mulheres de outras épocas, gerações, como ilustrações poderá contribuir no entendimento do modo como as mulheres são silenciadas na história.

Almeja-se neste contexto que recorta gênero e classe social trazer uma narrativa referente à década de 80, do século passado, de uma sindicalista, 21 anos na época, primeiro emprego, do interior do Estado. A entrevistada naquele contexto era delegada sindical, do Sindicato dos Eletricitários da Bahia. O olhar dessa ex-sindicalista remonta a participação das mulheres nas lutas sindicais. Falar de mulher no sindicato nos remete a perspectiva dos estudos de gênero, não descartando a concepção de patriarcado, vigente ainda hoje, especificamente nas relações sociais entre homens e mulheres, adentrando o espaço público, ainda não tão habitual para as mulheres.

Eu ingresso na Coelba em 1985. De imediato, eu já me filio ao Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA. Neste mesmo movimento eu já assumo o cargo de Delegada Sindical. Naquela época ainda era mau vista pelos nossos chefes, pelos nossos gestores da COELBA, principalmente lá onde eu era lotada, em Barreiras (Entrevistada, 48 anos, professora).

Nos anos 1970, o País inicia seu processo de abertura política, várias articulações foram realizadas, sobre a liderança do MDB, concentrando um conjunto de forças organizadas, de enfrentamento ao regime militar. Novos modos de enfrentamento e articulação foram buscados pelo movimento feminista junto aos setores populares, na perspectiva de uma pauta feminista (COSTA,2009).

Para escrever uma história das mulheres, Margareth Rago (1998) propõe a incorporação de uma perspectiva teórica metodológica feminista possibilitando elucidar o entendimento dos estudiosos que trabalham nas diversas disciplinas, como a história. A autora busca estudar a relação entre gênero e história, tomando como eixo, o debate antropológico feminista e o debate político feminista. Ela considera que uma análise da teoria antropológica feminista contemporânea nos proporcionará um entendimento das correntes que se encontram no contexto geral da teoria feminista. Sendo assim, ela propõe uma análise crítica de vários pressupostos como o universalismo, o termo espaço público/privado, considerado inconsistente. Identifica Rago, várias questões relacionadas às origens de opressão das



mulheres, a desvalorização da mulher ou a natureza intercultural da família e seu papel na vida social.

FORMAS DE RESISTENCIAS DAS MULHERES: REGISTROS DO PASSADO

337

No nosso País, no princípio da década de 1980, começam as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres, apesar disso, distinguidas numa perspectiva dialética, pela opressão e dominação, pouco se considerou nas pesquisas, as formas de resistências e enfrentamento, expressando a imagem de uma mulher submissa, contida e passiva a dominação masculina, patriarcal (DEL PRIORE (1994); SOIHET (2007)). Pensando nesta conjunção, o movimento sindical teve uma participação relevante.

[...] os eletricitários da Coelba não ficaram de fora, pelo contrário, era um dos maiores sindicatos do Estado da Bahia e ainda tinha o pessoal da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco... muitas empreiteiras. Portanto, naquele contexto, ali nós desempenhamos um papel importante. E nós, como é que ficávamos enquanto mulheres, militantes? (Delegada Sindical do SINERGIA, anos 1980).

Novos modos de enfrentamento e articulação foram buscados pelo movimento feminista junto aos setores populares, na perspectiva de uma pauta feminista (COSTA, 2009). Essa pauta feminista certamente não passou despercebida as trabalhadoras militantes do SINERGIA. Várias reivindicações foram discutidas, debatidas e causaram fraturas, debates e tensões nas relações de gênero, ditas políticas, no seio das bases operárias, efetivamente mais afeta as mulheres empregadas da COELBA, cujo contingente era superior a CHESF, pelo número de sindicalizados/as bem maior, o poder de mobilização junto aos trabalhadores – eletricistas, operadores de subestação – contingente mais expressivo de sindicalizados. As prioridades dessas reivindicações, vinculadas a outras de ordem econômica e social geravam tensões nas assembleias. As empresas de economia mista, estatais, não sensíveis as condições precárias de trabalho, presas as planilhas econômicas, e financeiras apresentavam propostas “divisionistas” da categoria eletricitária. As mulheres estavam mais afetas as causas sociais – direito a creche, plano de saúde, auxílio educação, entre outros – quase sempre relegadas a



segundo plano, diante da prioridade dos itens econômicos, que convergia, unindo a maioria dos trabalhadores.

A ideologia política partidária na postura dos dirigentes, não passava despercebido a maioria dos trabalhadores/as. Esses/as consideravam que as bandeiras políticas dos partidos sobrepujam os interesses da categoria eletricitária, relegando seus interesses a segundo plano. A participação das mulheres na constituinte de 1988 vai possibilitar oportunidades de expressão política das mulheres, da ida ao Congresso Nacional, do debate e de encaminhamento de propostas femininas, com a criação do “Grupo Mulher COELBA”.

Para melhor debater essa questão trazemos uma experiência, vivenciada durante a minha vida profissional, a trajetória política em outra conjuntura, entretanto iniciada, discutida na cronologia anterior. A privatização das empresas públicas no Brasil, em particular na Bahia. A privatização da COELBA em 1997 enseja transformações organizacionais e tecnológicas, atingindo todos os setores da empresa. Certamente, também uma nova política de “recursos humanos”, entre a empresa e o SINERGIA. A CHESF, não vivenciou a experiência da privatização, entretanto, os métodos de trabalho, as relações com os trabalhadores não eram pacíficas, o neoliberalismo tinha pretensões privatizantes.

Conforme, Graça Druck (2000) o fenômeno da privatização das empresas de economia mista no Brasil, se utiliza das práticas neoliberais privilegiando a negociação individual ou direta, enfraquecendo os sindicatos como representação coletiva. A pressão para cumprimento de objetivos de produção, na perspectiva dos resultados econômicos, do lucro, acompanhada da perda de conquistas históricas pelos trabalhadores, provocou tensões e fraturas nas relações entre gerentes e empregados, gerando insegurança e medo aos trabalhadores.

Neste contexto de privatizações, tensões e de medo do desemprego podemos constatar que, na hierarquia social da empresa, o silenciamento imposto à mulher ultrapassa a diversidade de classe social e de gênero evidenciando multifatores de gênero, encetando tensões e conflitos – implicando no silenciamento e subalternidade, a sujeição da mulher como trabalhadora recorrente da divisão sexual do trabalho.

Agora quando a gente vai pensar, fazer uma discussão desse momento histórico para o movimento sindical os anos, de 85 a 90, neste processo de redemocratização do País – quando a gente entra no governo e com muitas greves – deve lembrar muito bem que tivemos muitas greves gerais no Brasil inteiro por conta do processo inflacionário do Governo de José Sarney e depois vem a entrada de Collor. Com a entrada de Collor no Governo com a



introdução do modelo neoliberal. [...] começa não só a expansão da COELBA, das empresas estatais, mas também começa uma discussão em torno da “privatização”, que é inclusive a bandeira do modelo neoliberal. (Entrevistada, Delegada sindical do SINERGIA).

Tomando esse episódio como referência na tentativa de examinar como os trabalhadores/as eram silenciados/as na história, encontro no título do estudo de Spivak (2003, p. 298) essa questão: *Pode falar o subalterno?* Spivak, indiana, na posição de colonizada (como nós) alega que sua resposta não deve ser compreendida de modo tão literal, já que “o argumento em geral aponta o silenciamento estrutural do subalterno dentro da narrativa histórica capitalista”. Como na narrativa, Spivak vai afirmar que o subalterno, se expressa fisicamente, no entanto, a dialógica do subalterno não comporta *status*.

Hoje, o sindicato parece apresentar novas formas de pensar, gênero e as mulheres, como se pode verificar, diferente dos registros de memórias do passado, da década de 1980.

“Nós do Sinergia defendemos as principais bandeiras femininas, entre elas: salário igual para trabalho igual; participação política e poder paritário; garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas; fim de todas as formas de violência contra a mulher; compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidados; creches públicas, de qualidade e de período integral e contra a mercantilização dos nossos corpos e de nossas vidas”. Neste 08 de março desejamos parabenizamos cada mulher pelo fato de sua simples existência já ser um exemplo de garra, força e coragem. (Informativo do SINERGIA, Alarme, 08 de março de 2013).

O estudo apresentado por Cecília Sardenberg, “Gênero e memória: Lembrança de operários e lembranças de operarias” é um texto publicado em 1997. O estudo realizado no contexto do subúrbio de Plataforma – A Fábrica São Braz – traduz de modo poético, antropológico, o período do subúrbio da chamada “velha Bahia”, a indústria têxtil. O movimento grevista do período de 1959 é o foco da pesquisadora, ouvindo operários/as, traçando as diferenças presentes no recorde de memórias individuais, coletivas. O capitalismo industrial na perspectiva da autora se utiliza até 1959 desses artifícios para poder manter os seus resultados e a sua proposta.

Em 1875 essas fábricas estavam localizadas no Recôncavo da Bahia, em Salvador e nos arredores. Através das chamadas existiam as Vilas Operarias e a Bahia era considerada nesse período aqui no final no século XIX como líder, no sentido econômico do país. Retrata Sardenberg que um modo de assentar os trabalhadores/as era através das chamadas Vilas



Operárias e a Bahia. A autora destaca como essas configurações são construídas a depender da posição ocupada pelos indivíduos numa determinada estrutura mediadas por relações sociais que não são somatórias. Sardenberg deixa claro que seu propósito nesse estudo considerou o recorte de gênero suscitando experiências distintas.

A autora explicita que a memória do movimento grevista em Plataforma não mostrou distinções na versão de masculino e feminino, essas divergências significativas entre as narrativas das mulheres contrastando com a dos homens foram encontradas em outros estudos.

Primeiramente, pretende-se entender: Como e com que elementos as mulheres trabalhadoras elaboram e definem a sua participação durante as décadas de 80 e 90 do século passado?

Michele Perrot (1995) alega que no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues, isto é menos visível. Concentrando-se na memória sindical dos grupos nos quais as mulheres estiveram poucos presentes especificamente em caso de liderança, quando não excluídas do sindicato. A memória do operariado brasileiro tem sido escrita mais no masculino. Scott (1992) registra que a memória das mulheres tem sido colocada em um capítulo à parte, portanto cabe reconstruir a história do operariado a partir de uma perspectiva de gênero para dar conta da diversidade de identidades coletivas produzidas pelas experiências operárias distintas de homens e mulheres originadas que fogem das práticas socioculturais prevalentes.

Alda Motta (2010) tem afirmado que as categorias gênero, geração e idade têm sido ignoradas mesmo quando se mostram evidentes na pesquisa social, com relação à exploração capitalista que subordina e explora homens, mulheres e crianças. Portanto, a pressão sofrida por mulheres no processo de envelhecimento, espelhado na sua imagem – Corpo – no que diz respeito à convivência nos postos de trabalho não tem sido pacífica (SARDENBERG, 2010).

As intersecções entre história e memória são evidentes (ROGER CHARTIER, 2007). Explicita o autor que os dados históricos, não se podem negar, contribui para esvanecer as ilusões ou os desconhecimentos que no prolongamento do tempo pode ter confundido certamente as memórias coletivas à maneira de Maurice Halbwachs (1990).

Argumenta Nicholson (1992) em “Existe um *método para compreender o gênero?*” A separação da mulher do espaço doméstico/público no ocidente moderno, está associado a desvalorização da mulher e de gênero. Portanto, entende Nicholson que se pode manter o uso do público/privado como instrumento útil de exame deste período, cujas raízes se encontram na Europa medieval, Grécia antiga e Roma antiga. Nicholson aponta que a moderna separação



entre público/privado como algo histórico nos permitirá compreender a natureza da família, o Estado, a economia e a relação que nos leva a incorrer nos erros da teoria política tradicional.

MEMÓRIAS E GERACÕES

341

O jeito de vida social, do ponto de vista das gerações, tudo muda o tempo todo, somos jovens e velhos de alguém (BOURDIEU (1983). Essa distancia social, nos permite distinguir o modo como as gerações se diferenciam, no pensar, nas experiências vividas.

Ora, exatamente por essa amplitude ou heterogeneidade identitária é que podemos refletir, com Mannheim (1953), que o mesmo tempo histórico não é igual para todos interferindo nas várias fases ou etapas, ora as gerações se integram ora se afastam, efetivamente em questões de valores que definem o “ser homem ou mulher”. O que significa dizer que as unidades de geração poderão apresentar características diferentes, também segundo as várias amarrações identitárias de gênero e de classe social dos que as compõem.

Com relação ao contexto geracional, Mannheim (1928) define gerações como uma corrente histórica da construção social, sendo a geração, uma espécie de força social, o qual grupo de indivíduos com idades próximas vivenciam acontecimentos sociais, desenvolvendo perspectivas ou posicionamentos parecidos a determinados contextos históricos. A proximidade de idade e a participação do mesmo contexto social não é o suficiente para se estabelecer visões de mundo similares, é preciso ter uma conexão geracional e uma participação coletiva e concreta entre os indivíduos para que se construa um vínculo geracional após refletirem sobre a vivência em relação aos mesmos acontecimentos.

No entanto, torna-se necessário salientar, que mesmo participando dos mesmos momentos sociais em uma mesma conexão geracional existem unidades geracionais distintas que correspondem a visões de mundo diferentes em reação ao mesmo acontecimento (MANNHEIM, 1928). Outro fato interessante sobre memórias da história das mulheres ocorreu em 2007, ao fazer uso de uma fonte oral, realizando uma entrevista narrativa, ”com uma senhora de 93 anos, em São Felix do Paraguaçu, sobre “(Brin)cadeiras da década de 1920, no tempo de avós e avôs”, estudo ainda inconcluso. No entanto, através da memória individual e coletiva pude verificar como gênero, classe e raça, encobre a escrita da história de mulheres.



Retomando fatos e recordações de sua infância, seguindo os procedimentos narrativos da sua história de vida, a depoente, nascida no berço de uma sociedade escravocrata, em Cachoeira, lembra que naquela época, ainda criança ouvia comentários: Mulheres da irmandade da Boa Morte foram perseguidas e expulsas da “Bahia” por terem prestado serviços nas revoltas dos negros. Vê-se que raros registros na história oficial sobre as revoltas, – resumidas nos livros didáticas – acontecidas no Recôncavo, em menor grau, a história das mulheres negras, as operárias nas fábricas de charuto, invisíveis na história oficial. Segundo, a entrevistada, as mulheres negras, pobres, sempre trabalharam nas ruas, como comerciantes, vendendo peixes, mariscos, acarajés, abarás, doces, refeições para seus patrícios e tecidos. Vendiam diretamente nas casas das famílias. Estavam, assim, em toda parte, circulando com suas mercadorias, como “Ganhadeiras”, no entanto prestavam outros serviços, como “Correio” chamadas – “leva e traz” – entre os Quilombos e engenhos. Essa narrativa foi encontrada nos registros da obra de *Cecília Moreira Soares*, em 1988 “*AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*”. Registra a autora que em 1835, foram as ganhadeiras acusadas de rebeldes por abastecer os negros na Revolta dos Malés. Vê-se como as mulheres negras são vinculadas nos registros sociais como apenas “Ganhadeiras”, “Vendedeiras”, não garantindo o “Status” de trabalhadora, ainda que atuasse no mercado econômico, porém o exercício do seu trabalho era visto como atividades ligadas a domesticidade, portanto não merecedoras do respeito, como mulher. No entanto, elas foram consideradas “conspiradoras, como afirma Reis (1968) na sua obra *Rebelião Escrava*. Segundo, a entrevistada, ela ouviu contar que essas mulheres vieram “corridas” da polícia de Salvador, se escondendo no Recôncavo – Cachoeira, São Felix, Muritiba, Maragogipe, entre outras vilas. Daí elas organizam a irmandade das mulheres, Irmandade da Boa Morte. São trabalhadoras e sempre estiveram no espaço público. Acrescenta, a interlocutora que hoje, “A festa da Boa Morte” está (re)valorizada. Mas, segundo ela, viveu muitos anos em Cachoeira, não presenciando as “famílias” de Cachoeira acompanharem a procissão. Finaliza dizendo: essas famílias de Cachoeira consideravam a comemoração “coisas de negras” mulheres sem valor, por estarem sempre “perambulando” nas ruas, vendendo suas mercadorias. Diante disso, pode-se na concepção de Scott (1992) e demais historiadoras feministas concluir que a história das mulheres exige uma nova metodologia e novas ferramentas analíticas para uso dos historiadores, existe uma história ainda não totalmente traduzida, nem transmitida, o mundo com e sobre histórias da realidade social que incorpore as mulheres, sem distinção.



Concluimos que a invisibilidade e silenciamento das mulheres diz respeito à classe e raça. Suely Carneiro (2003) faz reflexões relevantes sobre a situação da mulher negra na América Latina, numa perspectiva de gênero. Ela afirma que a unidade da luta das mulheres vai depender da nossa faculdade de superar as desigualdades propiciadas pela história hegemônica masculina, da superação de ideologias, que ela entende como suplementares desse sistema de opressão. No pensamento dessa autora essas ideologias têm institucionalizado a inferioridade social, dos segmentos negros, especificamente das mulheres negras, propondo a superação do racismo. Sem a extirpação do racismo, impossível assegurar a escrita de uma história de mulheres, imparcial.

A história das mulheres, no Brasil, evidencia-se como uma história “mutilada”, pelos antagonismos de classe social, gênero e raça, sempre “falseando um componente do corpo social” sem sequer apresentar os elementos constitutivos da sua presença/ausência, mais efetivamente, ligadas as interseccionalidades de classe social, raça, gênero, geração, localização. Patrícia Hill Collins defende que é preciso examinar as hierarquias dessas multicategorias, pois certamente algumas podem ser relativizadas. A história, portanto, é incompleta. Não é as mulheres escrevendo a própria história das mulheres, a história seria suplementada com novas informações, podendo até questionar se as informações do passado dos historiadores não seriam parciais.

Diante do androcentrismo vigente nas ciências cujos parâmetros pautados na universalidade, a ausência desses personagens afrodescendentes da história do Brasil precisa ser resgatada, já que contribuíram com a economia, construindo a história e a cultura do nosso País. Portanto, natural o questionamento de os elementos que influenciaram no silenciamento, estrutural produzindo a invisibilidade do sujeito mulher.

Nesse mesmo movimento, de exclusão, incluímos mulheres militantes do SINERGIA, na história do movimento sindical, na Bahia. Eram eletrotécnicas, engenheiras, assistentes sociais, auxiliares administrativas, escriturarias, entre outras participando do movimento sindical, das reuniões de base, do movimento de mulheres, contribuindo na organização do movimento sindical, na Bahia, possivelmente silenciadas na história e nas pesquisas acadêmicas.

Na visão de Ana Alice Costa (1997), é preciso esclarecer o modo como às mulheres na história são tidas como acostumadas à subordinação, à aceitação das leis como algo imperativo, inquestionável, portanto seu lugar era justamente do outro lado, de sujeitos que serviam ao



poder como força de trabalho, espaço delimitado pela família patriarcal. Ao contrário, as mulheres ocupam posições de destaque, conforme Michele Perrot (1995), que marca um tipo de poder no singular, tem uma conotação política e assinala, basicamente, a figura central do poder, que se fragmenta em frações múltiplas e é equivalente a um alcance desse poder em que as mulheres têm sua parcela.

A presentificação da articulação da categoria gênero e história tem possibilitado a história das mulheres como foco dos estudos de feministas, de historiadores, de cientistas políticos e pesquisadores nos diversos campos do conhecimento, contudo, Saffioti (2008) parafraseando Gerda Lerner alerta que muito ainda precisa ser conhecido e registrado.

Já no conjunto das representações do poder político, do espaço público questiona-se na suposição do silenciamento como ausência, negação, de participação dos sujeitos femininos que estiveram ou estão presentes nos episódios da história real, da representação política, dos departamentos nas universidades, que controlam os projetos de pesquisa, de postos relevantes na condução das políticas públicas. Observa-se esses fatos, nos/nas das classes sociais mais/menos favorecidas, as autobiografias das mulheres na academia, as ancestralidades de raça/etnia, as mulheres do movimento sem terra, sem teto, as moradoras de rua, as mulheres violentadas, ignoradas da história e da ciência política. Supõe-se que silenciando os saberes tidos como inocentes, ignora-se o conhecimento, nega-se o processo da experiência, constituindo-se barreiras intransponíveis ao empoderamento de mulheres. A escrita da história das mulheres estaria como tema fora de moda e sem brilhantismo acadêmico? Ou também seria um dos elementos do silenciamento das mulheres da história?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A Juventude é apenas uma palavra*. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CHARTIERS, Rogers. *La Historia o Lectura del Tiempo*. GEDISA Editorial. Barcelona. 2007.

CARNEIRO, SUELY. *Mulheres em movimento* (“Enegrecer o feminismo”). Estudos Avançados, v.17, n.49, 2003, pp117-132.

COSTA, Ana Alice. As mulheres no sindicato. In: Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar (Org.) *A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste* /



Cecilia Maria Bacellar Sardenberg; Silvia Lúcia Ferreira Ana Alice Alcântara Costa. Salvador: UFBA/ FFCH/ NEIM; REDOR; São Paulo; CNM/ CUT, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo e a consciência de gênero na Bahia. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivya Iracema. *Ritos, Mitos e Fatos: mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM: UFBA, 1997.

DE CASTEELE, Sylvie Van y VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la historia de las mujeres. In. ESCANDÓN, C.R. (org). *Género e História. México: Instituto Mora/UAM*. 1992. p. 99-109.

DEL PRIORE, M. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M.C de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. P. 217-235.

DRUCK, Graça. FILGUEIRAS Luiz. NEVES Laumar. *Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas*. Caderno CRH, Salvador, n 33, p. 143-178, jul/dez. 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HERNANDEZ, Elena. História de las Mujeres como historia social. In.: VALDIVIESO, P. et. Al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004. Pp.29-55.

FILGUEIRAS, Otto. CHESF em alta tensão: *A greve Proibida*. Independe. Salvador. 1983.

LABRECQUE, Marie France. Metodología feminista e histórias de vida: mujeres, investigación y Estado. In: LULLe, T. VARGAS, P. y ZAMUDIO, L. (orgs) *Los usos de la historia de vida em las ciencias sociales II*. Barcelona: Antthropos. 1998. p. 27 – 52.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do Conhecimento*. Porto, PT: Res, [19--]. 1953, p.115-176.

MIES, Maria. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In.: BARTRA, F. *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México (D.F): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

NICHOLSON, Linda L. Hacia un método para comprender el genero. In ESCANDÓN, C.R. (org). *Género e História*. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p.142-180.

OFFEN, Karen. *História de las Mujeres*. La Aljaba segunda época. *Revista de Estudios de la Mujer*. V. XIII, Año 2009. Luján: Universidad Nacional de Luján, Universidad Nacional de la Pampa. Argentina .15-33 98.

PERROT, Michele. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. In: Cadernospagu,n.4,1995.p.9-28.<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/file>.



RAGO, M. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In.: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.) *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41. http://www.nutead.org/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. Brasiliense 13, São Paulo, 1986, pp. 197-215.
SOARES, CECILIA Moreira. GANHADEIRA: *Mulheres resistência em Salvador século XIX*. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese de gênero: Ordem Patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Local: FLACSO, jun. 2008 (Série Estudos e ensaios/Ciências Sociais).

SANDOICA, Elena Hernandez. História de las Mujeres como historia social. In.: VALDIVIESO, P. et. Al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004. Pp.29-55.

SARDENBERG, Cecilia Ma. O gênero da memória. Lembranças de operários e operárias. In. PASSOS, Elizete, ALVES, Ivya; MACEDO, Márcia. *Metamorfozes. Gênero na perspectiva interdisciplinar*. Coleção Bahianas, vol.3, Salvador: NEIM/UFBA. Pp.147-164. <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/metamorfozes.pdf>

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95. Disponível em http://www.4shared.com/office/MdHqBUBt/Joan_Scott_-_Historia_das_Mulh.html

SOIHET, Rachel; Soares, Rosame e Costa, Suely (trad). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia.. *Revista Gênero*. NUTEG. – Vol.2, no 1 (2 sem. 2000). Niterói: Eduff, 2000 pp. 7-30.

ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In. *Revista de História Regional* 9(1): 31-44, Versão. 2004. <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=227&path%5B%5D=180>.